

# BANCO MÁXIMA

Banco Máxima S.A.  
CNPJ/MF nº 33.923.798/0001-00

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO SEMESTRAL

### Relatório de Administração – 1º Semestre de 2018

#### Cenário Econômico

Apesar da incerteza no cenário econômico às vésperas de uma eleição, o mercado interno reagiu de certa forma estável e apresentou redução do índice de inflação e queda gradativa das taxas de juros. Este ambiente influenciou diretamente as projeções para este ano. Com um cenário externo favorável que sustenta as exportações, existe a ideia de que, para as mesmas condições de renda, endividamento e confiança, as reduções dos juros podem impulsionar ainda mais o consumo.

Entretanto, algumas destas expectativas otimistas foram corrigidas ao final do primeiro trimestre deste ano. Destacamos, como um dos principais aspectos, a instabilidade política dos EUA, associada à leitura de alta dos juros por lá, o que levou os investidores a ficarem mais cautelosos. Este movimento foi ampliado pelas incertezas locais, tais como o aumento da tensão eleitoral e a greve no setor de transportes de carga, o que reduziu a previsibilidade e a confiança dos agentes. De certo modo, a maior pressão cambial também contribuiu com um ambiente de insegurança, o que acarreta atraso na recuperação da economia.

As projeções para a taxa básica de juros apontam para uma Selic média de 6,50% em 2018, mantendo o atual patamar, e, para 2019, com um aumento para 8,00%. Isso significa uma elevação de 150 b.p. No tocante ao Dólar, a projeção para o final de 2018 é de R\$3,75 e, para 2019, de R\$3,70, conforme leitura do relatório Focus. Cabe ressaltar que a incerteza das eleições presidenciais está contribuindo diretamente para a elevação do Dólar a patamares superiores às projeções, precisando a moeda neste momento a casa de R\$ 4,10.

No cenário externo, os dirigentes do Federal Reserve (FED, o banco central americano) sinalizaram, em sua última reunião, que uma alta de juros em breve é "provavelmente apropriada". Ao mesmo tempo, discutiram em mais detalhes suas preocupações com o risco de que disputas comerciais possam prejudicar o crescimento econômico. Em junho, a maioria dos dirigentes projetou um total de quatro altas de juros neste ano. A ata da última reunião mostra que os dirigentes avaliam que os riscos para a perspectiva econômica estão equilibrados, neste momento.

#### Plano de Capitalização e Troca de Controle

O Banco iniciou as tratativas para a adequação da estrutura de capital, compatível com as linhas de negócio e de risco a partir/12/2016, quando ocorreu o primeiro aporte de capital do novo acionista.

A fim de dar sucessão à antiga matriz societária e visando à implantação de um novo Plano de Negócios, em julho de 2017 foi proposta a troca de controle da Instituição, paralelamente à apresentação, para o Banco Central do Brasil, do novo Plano de Capitalização e de Negócios do Banco. Após a análise prévia por parte da autarquia, foi iniciada a reestruturação operacional do Banco Máxima e a implantação do plano de capitalização, conforme abaixo:

Em 29/12/2016 – Aumento de Capital de R\$25 milhões – homologado em 23/08/2017;

Em 19/10/2017 – Aumento de Capital no montante de R\$50 milhões – aguardando homologação do BACEN;

Em 27/12/2017 – Aumento de capital no montante de R\$25 milhões – aguardando homologação do BACEN;

Em 28/12/2017 – Aumento de capital no montante de R\$15 milhões – aguardando homologação do BACEN.

A aprovação do novo acionista com "participação qualificada" ocorreu em 23/08/2017, bem como a homologação do primeiro aumento de capital realizado. A troca de controle e os aumentos subsequentes, encontram-se em trâmite operacional junto ao BACEN para homologação.

Os recursos do aumento de capital datado de 28/12/2017 têm como origem a linha de suporte financeiro obtida pelo novo acionista junto ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Os demais aportes anteriores foram feitos com recursos próprios dos acionistas.

O plano de negócios apresentado, além da previsão da capitalização, definiu a entrada de novos executivos com larga experiência em suas áreas. No primeiro semestre do ano, a nova equipe diretiva iniciou a reestruturação da instituição e, além da revisão e implantação de processos de governança e risco, coordenou o início de atuação em novas frentes e produtos, bem como de prestação de serviços por parte do Banco Máxima.

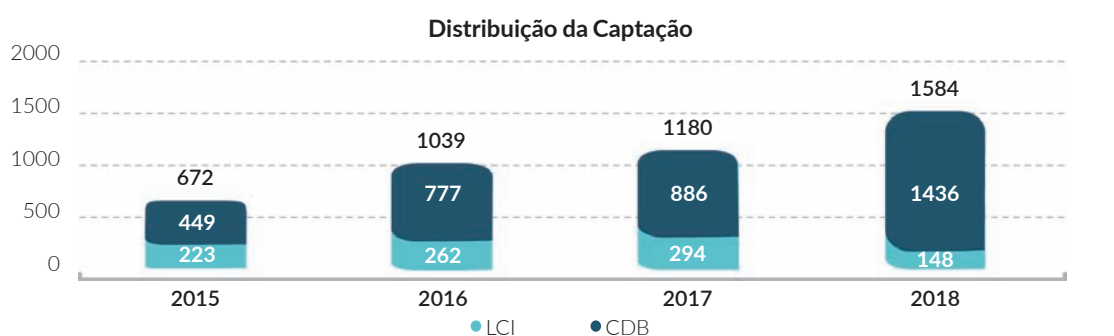
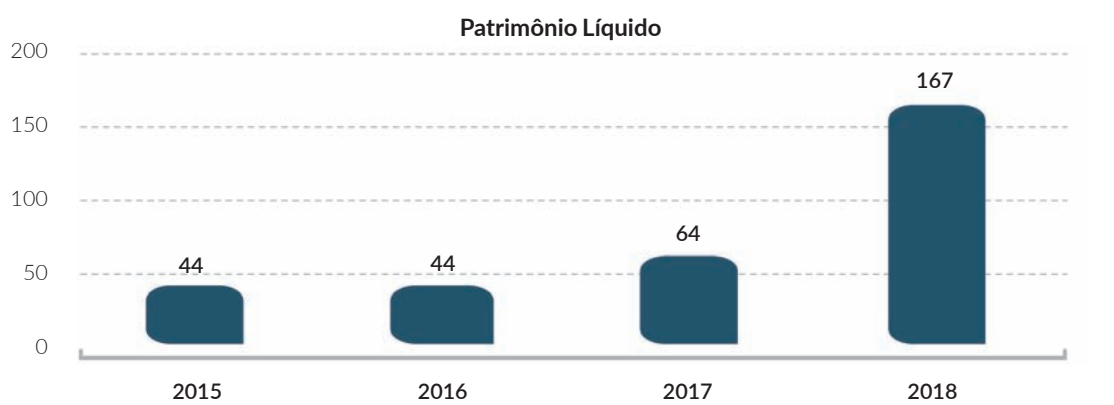
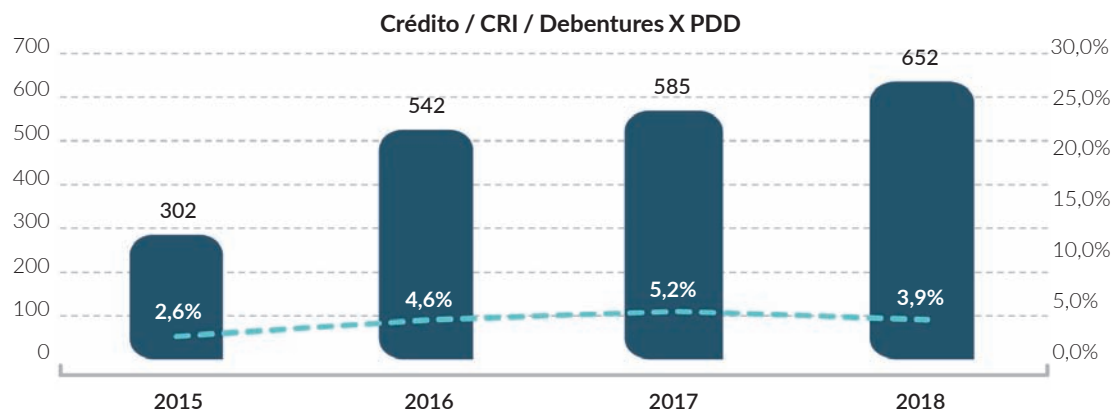
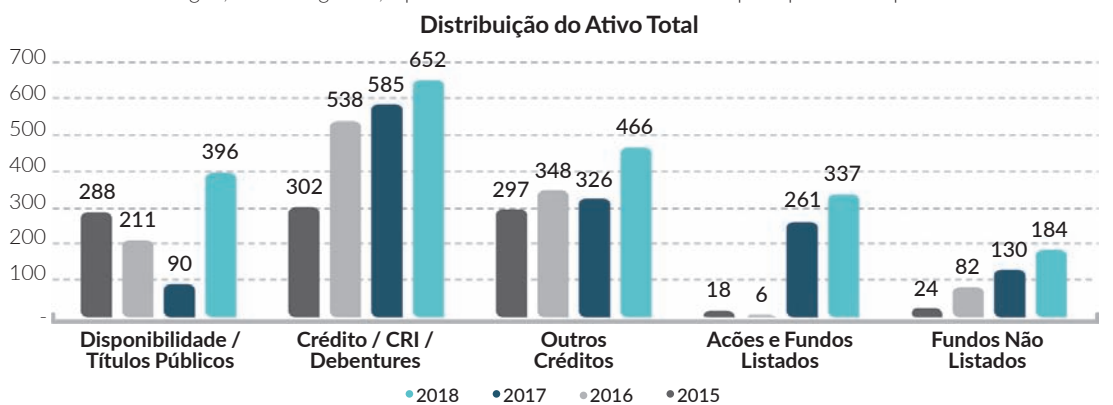
Com o intuito de dar maior capacidade operacional e viabilizar o crescimento da Instituição, os atuais acionistas encaminharam correspondência ao BACEN com o compromisso de fazer aporte adicional de capital, ainda em 2018. Também comunicaram o início de tratativas formais com instituições financeiras nacionais e internacionais que possuem interesse em fazer parcerias para "funding" de projetos específicos que o Banco está desenvolvendo, bem como o ingresso direto de capital, via aporte de capital ou dívida subordinada.

Com todo o exposto, o Banco Máxima está certo do início de um novo ciclo em sua história, o qual se inicia com capital reforçado, parcerias e alianças estratégicas importantes e um consistente plano de negócios e governança da instituição.

#### Desempenho das Atividades – 1º Semestre 2018

Destacamos que o Banco iniciou efetivamente a reformulação dos processos operacionais, dos produtos e serviços, bem como de suas linhas de atuação neste semestre. Com isso, adotou uma postura conservadora e realizou apenas algumas operações pontuais para que fosse possível ter resultado positivo diante do acréscimo de custos e de investimentos.

Demonstramos a seguir, de forma gráfica, o posicionamento do Consolidado das principais contas patrimoniais:



As demonstrações financeiras consolidadas apresentam resultado positivo no semestre. Destacamos que a instituição iniciou um novo ciclo operacional, apresentando receitas oriundas de novos produtos, os quais apresentaram resultados no semestre. Estas receitas possuem tendências de ampliações para os próximos semestres.

O Banco manteve a estrutura de liquidez imediata de modo conservador, com disponibilidade de R\$ 396 milhões.

Apresentamos uma redução no resultado da intermediação financeira, quando comparado com o mesmo semestre do ano anterior: R\$6 milhões – 2018 (R\$23 milhões – 2017). Como aspecto positivo dentro deste grupo de contas, podemos destacar a redução do custo de captação, com redução de 15,79%: R\$64 milhões – 2018 (R\$76 milhões – 2017), o que está diretamente relacionado à redução da taxa de juros (Selic), beneficiando diretamente nosso custo de captação.

Outro fator positivo que conseguimos manter controlado é o índice de inadimplência, que não sofreu variações nas despesas com PDD: R\$9 milhões – 2018 (R\$9 milhões – 2017), impactado pela forte política de cobrança e de recuperação de crédito.

Como mencionado anteriormente, o Banco fez investimentos em pessoal e contratação de serviços terceirizados para projetos específicos, que não serão recorrentes até ao final do ano. A despesa de pessoal foi de R\$18 milhões – 2018 (R\$10 milhões – 2017); e as despesas administrativas foram de R\$20 milhões – 2018 (R\$14 milhões – 2017).

Destacamos ainda, que os novos negócios já começaram a contribuir positivamente com o resultado do Banco: com a prestação de serviços estruturados, a receita foi de R\$61 milhões – 2018 (R\$1 milhão – 2017).

Com este cenário descrito, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam um resultado positivo de R\$10 milhões – 2018 (R\$9 milhões – 2017).

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30/06/2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado		PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.001.632</b>	<b>396.294</b>	<b>1.033.087</b>	<b>459.233</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>784.334</b>	<b>759.533</b>	<b>787.073</b>	<b>764.857</b>
Disponibilidades	5.	8.178	4.858	9.008	5.678	Depósitos	13.	481.955	353.248	481.138	352.766
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.	10.499	48.006	10.499	48.006	Depósitos à vista		60.091	3.264	59.274	2.782
Aplicações em operações compromissadas		10.499	48.006	10.499	48.006	Depósitos a prazo		421.864	349.984	421.864	349.984
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>649.253</b>	<b>262.128</b>	<b>672.877</b>	<b>323.110</b>	<b>Captações no mercado aberto</b>	14.	<b>115.010</b>	<b>42.488</b>	<b>115.010</b>	<b>42.488</b>
Carteira própria	7. a)	592.625	208.826	616.253	224.726	Carteira própria		115.010	42.488	115.010	42.488
Vinculados a compromissos de recompra	7. a)	19.842	23.960	19.842	23.960	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	17.	<b>126.438</b>	<b>266.568</b>	<b>126.438</b>	<b>266.568</b>
Vinculados à prestação de garantias	7. a)	36.779	29.009	36.779	74.091	Recursos de letras de crédito imobiliário		126.438	266.568	126.438	266.568
Instrumentos financeiros derivativos	7. b)	7	333	7	333	<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>6</b>	-	<b>6</b>	-
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>103</b>	<b>170</b>	<b>103</b>	<b>170</b>	Correspondentes		6	-	6	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	3	-	3	<b>Relações interdependências</b>		<b>1.833</b>	<b>178</b>	<b>1.833</b>	<b>178</b>
Créditos vinculados		103	167	103	167	Recursos em trânsito de terceiros		1.833	178	1.833	178
<b>Operações de crédito</b>	8.	<b>82.288</b>	<b>80.830</b>	<b>82.288</b>	<b>80.830</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7. b)	<b>22</b>	-	<b>22</b>	-
Operações de crédito - setor privado		86.956	48.728	86.956	48.728	Instrumentos financeiros derivativos		22	-	22	-
Operações de crédito vinculadas a cessão		3.928	42.832	3.928	42.832	<b>Outras obrigações</b>		<b>59.070</b>	<b>97.051</b>	<b>62.627</b>	<b>102.857</b>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8. c)	(8.596)	(10.730)	(8.596)	(10.730)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.352	56	1.352	56
<b>Outros créditos</b>		<b>67.563</b>	<b>194</b>	<b>68.713</b>	<b>1.317</b>	Carteira de câmbio	9.	9.824	-	9.824	-
Carteira de câmbio	9.	9.525	-	9.525	-	Fiscais e previdenciárias	15. a)	37.064	17.665	40.102	17.776
Rendas a receber		56.000	-	56.000	71	Negociação e intermediação de valores		1.771	1	2.280	1.625
Negociação e intermediação de valores		-	-	437	-	<b>Diversas</b>	15. b)	<b>9.059</b>	<b>79.329</b>	<b>9.069</b>	<b>83.400</b>
Impostos e contribuições a compensar		1.688	2.148	2.401	2.827	Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros		1.268	42.832	1.268	42.832
Diversos	10. a)	350	456	350	977	Outras		7.791	36.497	7.801	40.567
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8. c)	-	(2.410)	-	(2.558)	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.082.930</b>	<b>563.173</b>	<b>1.086.529</b>	<b>563.173</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>183.748</b>	<b>109</b>	<b>189.599</b>	<b>123</b>	<b>Depósitos</b>	13.	<b>1.014.559</b>	<b>535.539</b>	<b>1.014.559</b>	<b>535.539</b>
Bens não de uso próprio		181.855	-	181.855	-	Depósitos a prazo		1.014.559	535.539	1.014.559	535.539
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens		8.695	-	8.695	-	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>21.349</b>	<b>27.634</b>	<b>21.349</b>	<b>27.634</b>
Despesas antecipadas		3.029	109	8.880	123	Recursos de letras de crédito imobiliário	17.	21.349	27.634	21.349	27.634
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>992.107</b>	<b>957.393</b>	<b>1.006.180</b>	<b>930.405</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	7. b)	<b>1.843</b>	-	<b>1.843</b>	-
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>373.925</b>	<b>202.223</b>	<b>373.925</b>	<b>161.690</b>	Instrumentos financeiros derivativos		1.843	-	1.843	-
Carteira própria	7. a)	166.839	135.399	166.839	139.948	<b>Outras obrigações</b>	15. b)	<b>45.179</b>	-	<b>48.778</b>	-
Vinculados a compromissos de recompra	7. a)	95.882	18.636	95.882	18.636	Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros		36.471	-	36.471	-
Vinculados à prestação de garantias	7. a)	95.441	45.082	95.441	-	Provisão para passivos contingentes		8.708	-	12.307	-
Instrumentos financeiros derivativos	7. b)	15.763	3.106	15.763	3.106	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		-	-	-	-
<b>Operações de crédito</b>	8.	<b>446.691</b>	<b>473.060</b>	<b>446.691</b>	<b>473.060</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18.	<b>167.397</b>	<b>63.830</b>	<b>167.397</b>	<b>63.830</b>
Operações de crédito - setor privado		429.589	488.838	429.589	488.838	<b>Capital social</b>	18. a)	<b>160.329</b>	<b>62.270</b>	<b>160.329</b>	<b>62.270</b>
Operações de crédito vinculadas a cessão		33.811	-	33.811	-	De domiciliados no país		160.329	62.270	160.329	62.270
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8. c)	(16.709)	(15.778)	(16.709)	(15.778)	Reservas de lucros	18. b)	862	862	862	862
<b>Outros créditos</b>		<b>171.491</b>	<b>227.493</b>	<b>185.564</b>	<b>241.037</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		6.206	698	6.206	698
Créditos tributários	10. b)	55.184	59.808	61.403	65.304	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.034.660</b>	<b>1.386.536</b>	<b>2.040.999</b>	<b>1.391.858</b>
Devedores por depósito em garantia	16. b) c)	7.634	7.746	15.484	15.207						
Diversos	10. a)	108.673	163.032	108.677	163.619						
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8. c)	-	(3.093)	-	(3.093)						
<b>Outros valores e bens</b>		<b>54.617</b>	<b>54.617</b>	<b>54.617</b>	<b>54.617</b>						
Bens não de uso próprio		-	54.617	-	54.617						
<b>PERMANENTE</b>		<b>40.921</b>	<b>32.850</b>	<b>1.732</b>	<b>2.221</b>						
Investimentos	11.	39.189	31.850	-	151						
Participações em coligadas e controladas no país	11. a)	39.189	31.698	-	-						
Outros Investimentos		-	351	-	351						
Provisões para perdas		-	(200)	-	(200)						
<b>Imobilizado de uso</b>	12. a)	<b>1.732</b>	<b>1.000</b>	<b>1.732</b>	<b>2.045</b>						
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.865	2.887	1.865	6.066						
Depreciações acumuladas		(133)	(1.887)	(133)	(4.021)						
<b>Intangíveis</b>	12. b)	-	-	-	<b>25</b>						
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logícias		-	-	-	35						
Amortização acumulada		-	-	-	(10)						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.034.660</b>	<b>1.386.536</b>	<b>2.040.999</b>	<b>1.391.858</b>						

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social realizado	Reservas de lucros Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>64.979</b>	<b>862</b>	<b>593</b>	<b>(11.354)</b>	



## BANCO MÁXIMA

Banco Máxima S.A.  
CNPJ/MF nº 33.923.798/0001-00DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2018 E 2017  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>78.403</b>	<b>107.195</b>	<b>79.355</b>	<b>109.358</b>
Operações de crédito	42.028	46.264	42.028	46.264
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	31.913	51.376	32.771	53.516
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2.604	4.612	2.604	4.612
Resultado de operações de câmbio	1.858	2.010	1.952	2.033
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	2.933	-	2.933
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(73.410)</b>	<b>(86.245)</b>	<b>(73.410)</b>	<b>(86.245)</b>
Operações de captação no mercado	(63.999)	(75.740)	(63.999)	(75.740)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(1.409)	-	(1.409)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(9.412)	(9.096)	(9.412)	(9.096)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>4.993</b>	<b>20.951</b>	<b>5.945</b>	<b>23.113</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>17.498</b>	<b>(17.930)</b>	<b>16.622</b>	<b>(20.418)</b>
Receitas de prestação de serviços	60.439	565	60.620	921
Rendas de tarifas bancárias	12	3	12	3
Despesas de pessoal	(13.988)	(9.740)	(18.365)	(9.948)
Outras despesas administrativas	(19.399)	(12.790)	(20.412)	(13.852)
Despesas tributárias	(6.988)	(831)	(7.518)	(1.326)
Resultado de participação em controladas	(4.870)	898	-	-
Outras receitas operacionais	4.358	4.835	4.360	4.869
Outras despesas operacionais	(2.067)	(869)	(2.076)	(1.085)
<b>Resultado operacional</b>	<b>22.491</b>	<b>3.020</b>	<b>22.567</b>	<b>2.695</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>761</b>	<b>12.417</b>	<b>761</b>	<b>12.417</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>23.252</b>	<b>15.437</b>	<b>23.328</b>	<b>15.112</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(12.461)</b>	<b>(6.317)</b>	<b>(12.537)</b>	<b>(5.992)</b>
Provisão para imposto de renda corrente	(868)	-	(868)	(1)
Provisão para contribuição social corrente	(704)	-	(704)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.888)	(6.317)	(10.965)	(5.990)
<b>Participações no resultado</b>	<b>(546)</b>	<b>(475)</b>	<b>(546)</b>	<b>(475)</b>
<b>Prejuízo/lucro líquido do semestre</b>	<b>10.245</b>	<b>8.645</b>	<b>10.245</b>	<b>8.645</b>
Quantidade de ações	19.188.660	15.590.786	19.188.660	15.590.786
Prejuízo/lucro líquido por ação - R\$	0,5339	0,5545	0,5339	0,5545

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2018 E 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário de ação)

● **1. Contexto operacional.** O Banco Máxima S.A. ("Banco Máxima" ou "Banco") é uma empresa de capital fechado que desenvolve as atividades de banco comercial por meio das carteiras comerciais e de câmbio autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Suas controladas atuam em diversos segmentos do mercado com destaques para as atividades de gestão de recursos, operações no mercado de câmbio e de corretagem nas Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros. As atividades são conduzidas no contexto das empresas integrantes do Grupo Máxima, atuando no mercado de forma integrada.

● **2. Plano de capitalização e governança.** O Banco iniciou as tratativas para adequação da estrutura de capital, compatível com as linhas de negócio e de risco a partir/12/2016, quando ocorreu o primeiro aporte de capital do novo acionista. A fim de dar sucesso à antiga matriz societária e visando a implantação de um novo Plano de Negócios, em julho de 2017 foi proposta a troca de controle da Instituição, paralelamente à apresentação para o Banco Central do Brasil do novo Plano de Capitalização e de Negócios do Banco. Após a análise prévia por parte da autarquia, foi iniciada a reestruturação operacional do Banco Máxima e a implantação do plano de capitalização, conforme abaixo: Em 29/12/2016 - Aumento de Capital de R\$25 milhões - homologado em 23/08/2017; Em 19/10/2017 - Aumento de Capital no montante de R\$50 milhões - aguardando homologação do BACEN; Em 28/12/2017 - Aumento de capital no montante de R\$15 milhões - aguardando homologação do BACEN; A aprovação do novo acionista com "participação qualificada" ocorreu em 23/08/2017, assim como a homologação do primeiro aumento de capital realizado. A troca de controle bem como os aumentos subsequentes, encontram-se em tramite operacional junto ao BACEN para homologação. O aumento de capital datado de 28/12/2017, tem como origem dos recursos a linha de suporte financeiro obtida pelo novo acionista junto ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC e os demais aportes anteriores foram feitos através de recursos próprios dos acionistas. O plano de negócios apresentado, além da previsão da capitalização, definiu a entrada de novos executivos com larga experiência em suas áreas. No primeiro semestre do ano, a nova equipe diretiva iniciou a reestruturação da instituição e além da revisão e implantação de processos de governança e risco, coordenando o início de atuação em novas frentes e produtos bem como a prestação de serviços por parte do Banco Máxima. No intuito de dar maior capacidade operacional e viabilizar o crescimento da Instituição, os atuais acionistas encaminharam correspondência ao BACEN com o compromisso de fazer aporte adicional de capital ainda em 2018 e comunicar o início de tratativas formais com instituições financeiras nacionais e internacionais que possuem interesse em fazer parcerias para "funding" de projetos específicos que o Banco está desenvolvendo, bem como o ingresso direto de capital, via aporte de capital ou dívida subordinada. Com todo o exposto, o Banco Máxima está certo do início de um novo ciclo em sua história, o qual se inicia com capital reforçado, parcerias e alianças estratégicas importantes e um consistente plano de negócios e governança da instituição.

● **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações financeiras do Banco Máxima S.A. e de suas controladas são de responsabilidade da Administração. Foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e demais normas do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 29/08/2017.

Subsidiárias	Atividade	Total do Capital Patrimônio		Lucro líquido/(prejuízo)	
		ativo	social	líquido	(prejuízo)
Máxima S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	40.388	33.588	32.819	109
Máxima Asset Management Ltda.	Asset	293	1.950	293	(26)
Máximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A	Securitizadora	6.161	16.950	6.094	(4.937)

Subsidiárias	Atividade	Total do Capital Patrimônio		Lucro líquido/(prejuízo)	
		ativo	social	líquido	(prejuízo)
Máxima S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	36.448	33.588	29.537	110
Máxima Asset Management Ltda.	Asset	107	1.600	199	(93)
Máximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A	Securitizadora	1.629	2.850	1.064	(133)

● **4. Principais práticas contábeis.** As Demonstrações Financeiras do Máxima são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, aprovadas pela CVM, mas não homologadas pelo BACEN. Foram adotados para fins de divulgação das Demonstrações Financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e BACEN, e as que foram referendadas pelo BACEN. As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **a) Consolidação.** Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Máxima e suas subsidiárias foram eliminados.

**b) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

**c) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Máxima para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **e) Títulos e valores mobiliários.** De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários do Máxima são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequação conta de receita ou despesa no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos. Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. **f) Instrumentos Financeiros Derivativos.** De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e *swaps* são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios: ● **Operações com opções:** Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício; ● **Operações de futuro:** os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; ● **Operações de swap:** os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa *pro rata dia* até a data do balanço;

● **Operações a termo:** pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedger*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedger* de acordo com sua natureza: ● **Hedge** de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedger* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; ● **Hedge** de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedger* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do *hedger* é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedger* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício. **g) requisitos mínimos no processo de apraçamento de instrumentos financeiros (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos).** A Resolução do CMN nº 4.277 de 31/10/2013 (que entrou em vigor em 30/06/2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apraçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem: ● Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular BACEN nº 3.068, de 8/11/2001; ● Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002; e ● Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26/06/2007. De acordo com esta resolução, o Máxima passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.** As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Individual		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado</b>		<b>26.193</b>	<b>11.230</b>	<b>21.046</b>	<b>11.842</b>
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre		10.245	8.645	10.245	8.645
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		9.412	9.096	9.412	9.096
Impostos Diferidos		10.888	6.317	10.965	5.990
Depreciação e Amortização		99	360	99	401
Provisão para Contingências		973	127	973	127
Resultado de Participação em Controladas		4.870	(898)	-	-
Prejuízo (Lucro) na Alienação de Imobilizado / Investimento		100	(12.417)	100	(12.417)
Ajuste a Valor de Mercado		(10.395)	-	(10.748)	-
<b>Variação de ativos e passivos</b>		<b>(20.024)</b>	<b>(15.630)</b>	<b>(19.596)</b>	<b>(16.090)</b>
(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(10.499)	(22.997)	(10.499)	(22.997)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(292.738)	(137.096)	(291.857)	(140.961)
(Aumento) Redução de Operações de Crédito		(81.670)	(36.537)	(81.670)	(36.537)
(Aumento) Redução de Outros Créditos		(41.395)	125.461	(41.927)	128.857
(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens		(56.618)	(22.908)	(57.299)	(22.899)
Aumento (Redução) de Relações Interfinanceiras e Interdependências		1.174	(866)	1.174	(866)
(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos		(11.009)	(4.835)	(11.009)	(4.835)
Aumento (Redução) de Depósitos		503.975	61.517	505.120	61.577
Aumento (Redução) de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos		(120.019)	50.811	(120.019)	50.811
Aumento em Captações no Mercado Aberto		60.010	2.468	60.010	2.468
Aumento (Redução) de Outras Obrigações		28.764	(30.650)	28.379	(30.709)
<b>Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>6.169</b>	<b>(4.399)</b>	<b>1.450</b>	<b>(4.248)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>					
Aquisição / Alienação de Imobilizado de uso		(505)	-	(505)	-
Aumento de Capital em controladas		(4.900)	-	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento</b>		<b>(5.405)</b>	<b>-</b>	<b>(505)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>					
Ajuste a mercado de títulos disponível para venda		1.732	-	1.732	-
<b>Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento</b>		<b>1.732</b>	<b>-</b>	<b>1.732</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>2.496</b>	<b>(4.399)</b>	<b>2.676</b>	<b>(4.248)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.	5.681	9.257	6.332	9.262
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	5.	8.178	4.858	9.008	5.678

H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. **i) Baixa de ativos financeiros.** Conforme determinado pela Resolução BACEN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias: ● **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer; ● **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e ● **Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios:** devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN. **j) Despesas antecipadas.** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas". **k) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo.** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **l) Permanente.** É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: ● A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial; ● A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo; ● Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade; ● A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens; ● O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **m) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **n) Operações compromissadas.** Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto". **o) Passivos circulante e exigível a longo prazo.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma: ● Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; ● Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes; ● Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. **q) Provisão para imposto de renda e contribuição social.** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$120 (no período), e contribuição social - 20%. Em 06/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018 e 15% a partir de 01/01/2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do §1º do art.1º da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. **r) Participações no resultado.** O Máxima adota o programa nos lucros e resultados homologado pelo Sindicato dos Bancários. **s) Uso de estimativas.** A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas. **t) Lucro por ação.** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras.

## ● 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Disponibilidades (Caixa)</b>				
Caixa	300	832	334	866
Depósito bancário	-	-	105	139
Reserva bancária	901	293	901	293
Moeda estrangeira	6.977	3.732	7.669	4.380
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez<sup>(1)</sup></b>	<b>10.499</b>	<b>48.006</b>	<b>10.499</b>	<b>48.006</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>18.677</b>	<b>52.864</b>	<b>19.507</b>	<b>53.684</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

● **6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30/06/2018 e de 2017, estão compostas como segue:



BANCO MÁXIMA

Banco Máxima S.A.  
CNPJ/MF nº 33.923.798/0001-00

Papel/Vencimento	Individual 2017						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
LTN	-	-	26.810	-	-	26.810	26.127
NTN	-	-	-	-	10.381	10.381	9.631
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>26.810</b>	-	<b>10.381</b>	<b>37.191</b>	<b>35.758</b>
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	<b>26.810</b>	-	<b>10.381</b>	<b>37.191</b>	<b>35.758</b>
Títulos para negociação <sup>(1)</sup> :							
Carteira própria:							
LFT	3.488	5.093	34.803	48.802	989	93.176	93.123
LTN	29.987	-	13.613	-	-	43.600	43.239
Cotas de fundos de investimento	169.570	-	-	-	-	169.570	169.570
Ações de companhias abertas	687	-	-	-	-	687	3.093
<b>Subtotal</b>	<b>203.732</b>	<b>5.093</b>	<b>48.416</b>	<b>48.802</b>	<b>989</b>	<b>307.033</b>	<b>309.025</b>
Vinculados a compromissos de recompra							
LFT	-	-	17.139	1.498	-	18.636	18.628
LTN	-	23.960	-	-	-	23.960	23.604
<b>Subtotal</b>	-	<b>23.960</b>	<b>17.139</b>	<b>1.498</b>	-	<b>42.596</b>	<b>42.232</b>
Vinculados ao Banco Central							
LTN	-	-	-	30.206	-	30.206	29.279
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>30.206</b>	-	<b>30.206</b>	<b>29.279</b>
Vinculados a prestação de garantias:							
LFT	11.213	17.796	11.274	3.601	-	43.884	43.875
<b>Subtotal</b>	<b>11.213</b>	<b>17.796</b>	<b>11.274</b>	<b>3.601</b>	-	<b>43.884</b>	<b>43.875</b>
Total de títulos para negociação	<b>214.945</b>	<b>46.849</b>	<b>76.829</b>	<b>84.108</b>	<b>989</b>	<b>423.719</b>	<b>424.411</b>
<b>Total de Títulos</b>	<b>214.945</b>	<b>46.849</b>	<b>103.639</b>	<b>84.108</b>	<b>11.370</b>	<b>460.912</b>	<b>460.169</b>

Papel/Vencimento	Consolidado 2018						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos para negociação <sup>(1)</sup> :							
Carteira própria:							
LFT	16.830	5.153	22.967	46.121	57	91.128	91.153
LTN	10.001	-	1.498	-	-	11.499	11.457
NTN	-	-	-	10.286	-	10.286	9.580
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	83.076	83.076	83.076
Debêntures	12.225	-	-	-	2.834	15.059	15.059
Cotas de fundos de investimento	571.986	-	-	-	-	571.986	571.986
Ações de companhias abertas	916	-	-	-	-	916	916
<b>Subtotal</b>	<b>611.958</b>	<b>5.153</b>	<b>24.465</b>	<b>56.407</b>	<b>85.967</b>	<b>783.950</b>	<b>783.227</b>
Vinculados a compromissos de recompra							
LFT	-	-	-	2.231	57.957	60.188	60.228
LTN	-	19.842	35.694	-	-	55.536	55.026
<b>Subtotal</b>	-	<b>19.842</b>	<b>35.694</b>	<b>2.231</b>	<b>57.957</b>	<b>115.724</b>	<b>115.254</b>
Vinculados ao Banco Central:							
LFT	-	-	-	15.976	25.875	41.851	41.859
LTN	-	-	-	53.590	-	53.590	53.617
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>69.566</b>	<b>25.875</b>	<b>95.441</b>	<b>95.476</b>
Vinculados a prestação de garantias:							
LFT	6.303	8.812	15.909	5.755	-	36.779	36.785
<b>Subtotal</b>	<b>6.303</b>	<b>8.812</b>	<b>15.909</b>	<b>5.755</b>	-	<b>36.779</b>	<b>36.785</b>
Total de títulos para negociação	<b>618.261</b>	<b>33.807</b>	<b>145.634</b>	<b>90.268</b>	<b>143.924</b>	<b>1.031.894</b>	<b>1.030.742</b>
<b>Total de Títulos</b>	<b>618.261</b>	<b>33.807</b>	<b>145.634</b>	<b>90.268</b>	<b>143.924</b>	<b>1.031.894</b>	<b>1.030.742</b>

Papel/Vencimento	Consolidado 2017						
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
LTN	-	-	26.810	-	-	26.810	26.127
NTN	-	-	-	-	10.381	10.381	9.631
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>26.810</b>	-	<b>10.381</b>	<b>37.191</b>	<b>35.758</b>
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	<b>26.810</b>	-	<b>10.381</b>	<b>37.191</b>	<b>35.758</b>
Títulos para negociação <sup>(1)</sup> :							
Carteira própria:							
LFT	3.488	5.093	39.352	48.802	989	97.725	97.671
LTN	29.987	-	13.613	-	-	43.600	43.239
Cotas de fundos de investimento	185.470	-	-	-	-	185.470	186.998
Ações de companhias abertas	687	-	-	-	-	687	3.093
<b>Subtotal</b>	<b>219.632</b>	<b>5.093</b>	<b>52.965</b>	<b>48.802</b>	<b>989</b>	<b>327.482</b>	<b>331.001</b>
Vinculados a compromissos de recompra							
LFT	-	-	17.139	1.498	-	18.636	18.628
LTN	-	23.960	-	-	-	23.960	23.604
<b>Subtotal</b>	-	<b>23.960</b>	<b>17.139</b>	<b>1.498</b>	-	<b>42.596</b>	<b>42.232</b>
Vinculados ao Banco Central							
LTN	-	-	-	30.206	-	30.206	29.279
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>30.206</b>	-	<b>30.206</b>	<b>29.279</b>
Vinculados a prestação de garantias:							
LFT	11.213	17.796	11.274	3.601	-	43.884	43.875
<b>Subtotal</b>	<b>11.213</b>	<b>17.796</b>	<b>11.274</b>	<b>3.601</b>	-	<b>43.884</b>	<b>43.875</b>
Total de títulos para negociação	<b>230.845</b>	<b>46.849</b>	<b>81.378</b>	<b>84.108</b>	<b>989</b>	<b>444.169</b>	<b>446.387</b>
<b>Total de Títulos</b>	<b>230.845</b>	<b>46.849</b>	<b>108.188</b>	<b>84.108</b>	<b>11.370</b>	<b>481.361</b>	<b>482.145</b>

(1) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

**b) Instrumentos financeiros derivativos. i) Gerenciamento.** O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. **ii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado.** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Máxima utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBovespa, e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão e títulos pouco líquidos. **iii) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado.** Em 30/06/2018 e de 2017, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado						
	2018						
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
<b>ATIVO</b>							
Swap - diferencial a receber	7	15.763	15.770	333	3.106	3.439	3.439
<b>Total a receber</b>	<b>7</b>	<b>15.763</b>	<b>15.770</b>	<b>333</b>	<b>3.106</b>	<b>3.439</b>	<b>3.439</b>
<b>PASSIVO</b>							
Swap - diferencial a pagar	(22)	(1.843)	(1.865)	-	-	-	-
<b>Total a pagar</b>	<b>(22)</b>	<b>(1.843)</b>	<b>(1.865)</b>	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>(16)</b>	<b>13.920</b>	<b>13.904</b>	<b>333</b>	<b>3.106</b>	<b>3.439</b>	<b>3.439</b>

iv) Instrumentos financeiros derivativos por indexador	Individual e Consolidado							
	2018							
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
<b>Swap</b>								
Risco de mercado								
Posição ativa:	<b>117.014</b>	<b>15.770</b>	-	-	<b>81.187</b>	<b>3.439</b>	-	-
Juros	92.000	15.763	-	-	75.000	3.106	-	-
Ações	25.014	7	-	-	6.187	333	-	-
Posição passiva:	<b>155.000</b>	-	<b>(1.865)</b>	-	-	-	-	-
Juros	55.000	-	(1.843)	-	-	-	-	-
Ações	100.000	-	(22)	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>15.770</b>	<b>(1.865)</b>	<b>13.904</b>	-	-	<b>3.439</b>	-	<b>3.439</b>

v) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento	Individual e Consolidado						
	2018						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	125.014	25.000	50.000	72.000	-	272.014	-
<b>Total</b>	<b>125.014</b>	<b>25.000</b>	<b>50.000</b>	<b>72.000</b>	-	<b>272.014</b>	-

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado						
	2017						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	-	-	31.187	50.000	-	81.187	-
<b>Total</b>	-	-	<b>31.187</b>	<b>50.000</b>	-	<b>81.187</b>	-

● **8. Carteira de crédito, garantias prestadas e títulos com risco de crédito.** As informações da carteira de operações de crédito expandida, em 30/06/2018 e de 2017, estão assim sumariadas:

a) Por tipo de operação:	Individual e Consolidado						
	2018						
	Descrição	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Financiamentos Habitacionais	-	-	259.860	373.833	-	-	-
Empréstimos (Corporate)	-	-	180.405	90.870	-	-	-
Home Equity	-	-	28.814	33.508	-	-	-
Conta Garantida	-	-	-	215	-	-	-
Financiamento Imobiliário	-	-	41.240	39.140	-	-	-
Cessão carteira FIDC	-	-	37.249	42.832	-	-	-
Crédito Pessoal	-	-	6.716	-	-	-	-
Títulos e Créditos a Receber	-	-	-	-	-	-	3.996
<b>Total</b>	-	-	<b>554.284</b>	<b>584.394</b>	-	-	-

b) Por vencimento:	Individual e Consolidado						
	2018						
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Total
Até 3 meses	14.562	2,69	8.881	69,84	23.443	4,23	4,23
De 3 a 12 meses	63.605	11,74	3.557	27,97	67.162	12,12	12,12
De 1 a 3 anos	182.474	33,70	279	2,19	182.753	32,96	32,96
De 3 a 5 anos	98.193	18,13	-	-	98.193	17,72	17,72
De 5 a 15 anos	182.733	33,74	-	-	182.733	32,97	32,97
<b>Total</b>	<b>541.567</b>	<b>100,00</b>	<b>12.717</b>	<b>100,00</b>	<b>554.284</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Prazo	Individual e Consolidado						
	2017						
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Total
Até 3 meses	23.021	4,03	8.271	66,32	31.292	5,35	5,35
De 3 a 12 meses	60.062	10,50	4.202	33,68	64.264	11,00	11,00
De 1 a 3 anos	122.591	21,43	-	-	122.591	20,98	20,98
De 3 a 5 anos	84.500	14,77	-	-	84.500	14,46	14,46
De 5 a 15 anos	281.747	49,27	-	-	281.747	48,21	48,21
<b>Total</b>	<b>571.921</b>	<b>100,00</b>	<b>12.473</b>	<b>100,00</b>	<b>584.394</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

c) Carteira de crédito e garantias prestadas e responsabilidades por nível de risco e provisionamento:

Nível	Individual e Consolidado						
	2018						
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão	A vencer	Vencidos	Total
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	455.462	4.160	459.623	2.298	399.273	1.153	400.426
B	32.276	1.037	33.313	333	82.243	1.984	84.227
C	16.492	936	17.429	523	38.004	1.956	39.960
D	10.148	1.492	11.640	1.164	11.036	1.810	12.846
E	9.096	912	10.008	3.002	26.392	1.060	27.452
F	2.602	698	3.300	1.650	2.382	330	2.712



## BANCO MÁXIMA

Banco Máxima S.A.  
CNPJ/MF nº 33.923.798/0001-00

## ● 13. Depósitos

	Individual		Consolidado	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	60.091	-	59.274	-
Até 30 dias	-	38.727	-	38.727
De 31 a 60 dias	-	24.114	-	24.114
De 61 a 90 dias	-	13.911	-	13.911
De 91 a 180 dias	-	34.033	-	34.033
De 181 a 360 dias	-	311.079	-	311.079
Acima de 360 dias	-	1.014.559	-	1.014.559
<b>Total</b>	<b>60.091</b>	<b>1.436.423</b>	<b>59.274</b>	<b>1.436.423</b>

	Individual		Consolidado	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	3.264	-	3.264	-
Até 30 dias	-	41.558	-	41.558
De 31 a 60 dias	-	39.982	-	39.982
De 61 a 90 dias	-	30.844	-	30.844
De 91 a 180 dias	-	107.241	-	107.241
De 181 a 360 dias	-	130.359	-	130.359
Acima de 360 dias	-	535.539	-	535.539
<b>Total</b>	<b>3.264</b>	<b>885.523</b>	<b>3.264</b>	<b>885.523</b>

## ● 14. Captações no Mercado Aberto

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Carteira Própria	60.005	18.608	60.005	18.608
LFT - Letras financeiras do tesouro	55.005	23.880	55.005	23.880
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>115.010</b>	<b>42.488</b>	<b>115.010</b>	<b>42.488</b>

## ● 15. Outras Obrigações

## a) Fiscais e previdenciárias

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e Contribuições Sobre Lucros	1.572	-	1.572	1.589	-	1.589
Impostos e Contribuições Sobre Serviços de Terceiros	3.117	-	3.117	3.158	-	3.158
Impostos e Contribuições Sobre Salários	1.113	-	1.113	1.173	-	1.173
Outros	2.984	-	2.984	2.996	-	2.996
Impostos e Contribuições Diferidos	28.278	-	28.278	31.187	-	31.187
<b>Total</b>	<b>37.064</b>	<b>-</b>	<b>37.064</b>	<b>40.102</b>	<b>-</b>	<b>40.102</b>

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e Contribuições Sobre Lucros	-	-	-	17	-	17
Impostos e Contribuições Sobre Serviços de Terceiros	54	-	54	100	-	100
Impostos e Contribuições Sobre Salários	790	-	790	825	-	825
Outros	295	-	295	307	-	307
Impostos e Contribuições Diferidos	16.526	-	16.526	16.526	-	16.526
<b>Total</b>	<b>17.665</b>	<b>-</b>	<b>17.665</b>	<b>17.776</b>	<b>-</b>	<b>17.776</b>

## b) Diversas

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Obrigações Venda e Transferência Ativos Financeiros	1.268	36.471	37.739	1.268	36.471	37.739
Provisão Despesas de Pessoal	2.179	-	2.179	2.179	-	2.179
Outras Provisões	202	-	202	203	-	203
Outros Pagamentos	5.164	-	5.164	5.164	-	5.164
Provisão Passivos Contingentes	-	8.708	8.708	-	12.307	12.307
Credores Diversos - País	245	-	245	254	-	254
<b>Total</b>	<b>9.059</b>	<b>45.179</b>	<b>54.238</b>	<b>9.069</b>	<b>48.778</b>	<b>57.847</b>

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Cheques Administrativos	26	-	26	26	-	26
Obrigações Venda e Transferência Ativos Financeiros	42.832	-	42.832	42.832	-	42.832
Provisão Despesas de Pessoal	1.636	-	1.636	1.636	-	1.636
Outras Provisões	174	-	174	174	-	174
Outros Pagamentos	3.466	-	3.466	3.466	-	3.466
Provisão Passivos Contingentes	6.450	-	6.450	10.342	-	10.342
Credores Diversos - País	24.746	-	24.746	24.924	-	24.924
<b>Total</b>	<b>79.330</b>	<b>-</b>	<b>79.330</b>	<b>83.400</b>	<b>-</b>	<b>83.400</b>

## ● 16. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.

a) **Ativos contingentes.** Em 30/06/2018 e de 2017, não existiam ativos contingentes. b) **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias.** Em 30/06/2018 e de 2017, não existiam obrigações legais. c) **Contingências classificadas como prováveis** são regularmente provisionadas e para os exercícios findos em 30/06/2018 de 2017 totalizam:

	Individual		Consolidado	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
	2018	2017	2018	2017
Contingências Trabalhistas	493	265	1.141	778
Contingências Fiscais	6.419	3.751	4.668	5.142
Contingências Cíveis	1.796	1.741	1.826	1.826
<b>Total</b>	<b>8.708</b>	<b>5.757</b>	<b>7.634</b>	<b>7.746</b>

## d) Movimentação das provisões passivas:

	Individual				Consolidado			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.544</b>	<b>6.354</b>	<b>1.750</b>	<b>9.648</b>	<b>693</b>	<b>1.417</b>	<b>1.750</b>	<b>8.386</b>
Constituição (reversão)	(793)	3.406	46	2.659	5.661	127	-	5.788
<b>Saldo final</b>	<b>751</b>	<b>9.760</b>	<b>1.796</b>	<b>12.307</b>	<b>6.354</b>	<b>1.544</b>	<b>1.750</b>	<b>9.648</b>

## e) Seguem as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	-	696	-	-
Fiscais	-	40.863	-	48.277
Cíveis	-	66.165	-	3.863
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>107.724</b>	<b>-</b>	<b>52.140</b>

## ● 17. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Letras de crédito imobiliário	112.677	20.793	13.761	555	-
<b>Total</b>	<b>112.677</b>	<b>20.793</b>	<b>13.761</b>	<b>555</b>	<b>147.787</b>

	Individual e Consolidado				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Letras de crédito imobiliário	62.337	204.231	21.696	5.938	-
<b>Total</b>	<b>62.337</b>	<b>204.231</b>	<b>21.696</b>	<b>5.938</b>	<b>294.202</b>

## ● 18. Patrimônio Líquido. a) Capital social.

Conforme Estatuto Social, em 30/06/2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$155 milhões e está dividido em 55.101.698 ações nominativas, ordinárias sem valor nominal. Em 23/08/2017, o BACEN, através do ofício nº 16.880/2017, homologou a entrada de um novo acionista com "participação qualificada" e aprovou o aumento de capital no valor de R\$25 milhões que foi efetuado em 29/12/2016. Os acionistas efetuaram os aumentos de capital que estão em processo de homologação junto ao BACEN: AGE 19/10/2017 – aumento de capital no valor de R\$50 milhões com a emissão de 18.820.229 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; AGE 27/12/2017 – aumento de capital no valor de R\$25 milhões com a emissão de 11.183.180 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; AGE 28/12/2017 – aumento de capital no valor de R\$15 milhões com a emissão de 6.609.629 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; b) **Reserva de lucros.** A conta de reserva de lucros do Máxima é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Máxima, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Máxima não possui outras reservas de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Máxima deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Máxima. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio.** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

● **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Máxima S.A. (Banco) e suas controladas, identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Máxima S.A. em 30/06/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Máxima S.A. em 30/06/2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## ● Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

● **Enfase.** Plano de Capitalização. Conforme apresentado nas notas explicativas 2 e 18(a), os acionistas do Banco Máxima efetuaram aumentos de capital no montante de R\$ 90 milhões que estão em processo de homologação desde o exercício de 2017 mas ainda não autorizados pelo Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Apuração dos Limites Operacionais. Conforme apresentado na nota explicativa 22(e), em 30/06/2018, o Banco e o Consolidado apresentam índice de Basileia de 4,83%, índice esse insuficiente em relação aos requerimentos regulamentares mínimos necessários estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.099/94 e regulamentação complementar do BACEN. A Administração apresentou na referida nota explicativa projeção do índice de Basileia considerando os aumentos de capital, em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa 2, demonstrando índice de 10,51% após homologação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Indenizações a receber. Conforme descrito na nota explicativa 10(a), o Banco e o Consolidado possuem em 30/06/2018 direito a receber, indenização no montante atual de R\$134.356 mil, referente a prejuízos decorrentes do descumprimento das condições de conversão de ações, pactuadas no Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, incluindo-se a os montantes decorrentes da aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, que, em opinião legal emitida pelos assessores jurídicos do Banco, datada de 27/05/2014, foi considerada a probabilidade do êxito como "praticamente certa" face a todos os elementos disponíveis inclusive a solvência e capacidade financeira do devedor. Tal ativo foi analisado por perito judicial cujo parecer técnico concluiu sobre a adequação do valor reconhecido pelo Banco. A NBC TG 25, aprovada pela Resolução CMN nº 3.823/09, define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Além disso, determina que os ativos contingentes não sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado por surgirem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Tendo em vista que a probabilidade de êxito é praticamente certa, as Administrações do Banco, através de seus assessores jurídicos, entenderam que o direito a receber indenização da CEEE não é um ativo contingente, considerando todos os elementos envolvidos, inclusive à solvência e capacidade financeira do devedor e a norma acima mencionada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Incerteza na realização de ativos. O Banco e o Consolidado possuem, em 30/06/2018, ativos financeiros no montante total de R\$ 9.634 mil e valor líquido de efeitos tributários de R\$ 5.299 mil, cuja provisão para perda considerando a incerteza na realização de tais ativos não está reconhecida contabilmente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Créditos tributários diferidos. Chamamos a atenção para a nota explicativa 10(b), onde estão apresentados créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias nos montantes de R\$49.954 mil e R\$56.172 mil correspondentes aos balanços patrimoniais individual e consolidado, respectivamente. Tais créditos foram reconhecidos tendo como base projeções financeiras e planos de negócios atuais aprovados pela Administração do Banco, incluindo estudos da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas na elaboração das referidas projeções. A realização destes créditos tributários considera a materialização dessas projeções e planos de negócios aprovados pela Administração do Banco. Tais créditos foram reconhecidos tendo como base normativa a Resolução CMN nº 3.059/02, no que tange ao histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contri-

b) **Resultado não operacional.** No exercício findo em 30/06/2018, o valor de R\$761 mil no Individual e no Consolidado (R\$12 milhões no Individual e no Consolidado em 30/06/2017) corresponde principalmente ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento registrados em nosso Bens Não de Uso Próprio.

## ● 19. Demonstração de Resultado

## a) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS	3.045	31	3.049	47
Cofins	2.711	544	2.743	586
PIIS	441	88	446	101
Outras	791	168	1.281	592
<b>Total</b>	<b>6.988</b>	<b>831</b>	<b>7.581</b>	<b>1.326</b>

b) **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	22.706	14.962	22.782	14.637

Juros sobre o capital próprio

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/Prejuízo antes da tributação	22.706	14.962	22.782	14.637
Alíquota vigente (Nota 4q)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(10.218)	(6.733)	(10.252)	(6.587)
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>(2.243)</b>	<b>416</b>	<b>(2.285)</b>	<b>596</b>
Outros ajustes	(2.243)	416	(2.285)	596
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(12.461)</b>	<b>(6.317)</b>	<b>(12.537)</b>	<b>(5.991)</b>

● 21. **Transações entre Partes Relacionadas. Partes Relacionadas.** As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Banco Máxima S.A	(506)	(365)	-	-
Máxima S.A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	(506)	(365)	-	-
Depósitos à vista	(97)	(13)	-	-
Máxima Asset Management Ltda.	(97)	(13)	-	-
Depósitos à vista	(311)	(117)	-	-
Máximainvest Cia.Securitizadora de Créditos financeiros S.A	(311)	(117)	-	-

## ● 22. Gestão de Riscos e de Capital. a) Introdução e visão geral.

O Máxima está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Alta Administração da Instituição. **Estrutura de gerenciamento de risco.** A estrutura de gerenciamento de riscos do Máxima está de acordo com as regulamentações no Brasil, e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Máxima, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. b) **Risco de crédito. Definição.** Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Máxima. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. **Gerenciamento do risco de crédito.** Atribuições: • Desenvolver e manter a classificação de risco do Máxima para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito. • Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Máxima, no gerenciamento do risco de crédito. Análise e concessão de crédito: • Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas. • Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Máxima, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias. • Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito. • Revisar e avaliar o risco de Crédito. A área de crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão. • Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país. Controles e gestão de riscos de crédito: • Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Máxima. c) **Risco de liquidez. Definição.** O risco de liquidez está associado às obrigações decorrentes